

PRELIMINAR – CONSULTA PÚBLICA

Angola

2050

Versão sumariada



A nossa visão

Após vários anos de condições económicas adversas, o nosso País olha para o futuro com esperança nas enormes oportunidades que temos pela frente no desenvolvimento da vida da nossa população, da nossa economia e da nossa cultura.

Orgulhamo-nos do nível de desenvolvimento económico e de estabilidade social que alcançámos. Partindo de uma posição precária no pós-guerra, Angola mais do que duplicou o PIB em termos reais desde 2002, tornando-se uma das maiores economias de África. O País está em paz, e alcançou níveis de estabilidade social e de desenvolvimento que teriam sido difíceis de prever há 20 anos. A classificação de Angola no Índice de Desenvolvimento Humano ultrapassou a região subsariana e convergiu com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Temos hoje um sistema escolar universal e duplicámos o número de anos de escolaridade. A nossa população, devastada pela guerra há apenas uma geração, viu a sua esperança de vida aumentar em mais de 10 anos. São importantes conquistas e um legado para as futuras gerações de angolanos.

Contudo, estamos também conscientes dos desafios que temos pela frente. Ao mesmo tempo que aceitamos os nossos sucessos, também reconhecemos que o que nos conduziu a estes difere das nossas necessidades futuras. As duas últimas crises económicas, sobretudo a que enfrentamos desde 2015, forçaram-nos a reflectir sobre os pontos fortes e as fragilidades do nosso modelo de desenvolvimento – o conjunto de políticas económicas e sociais que temos vindo a seguir para promover o desenvolvimento da vida da nossa população. O modelo foi concebido para alavancar o nosso recurso natural mais importante, o petróleo, a fim de tirar a população da situação terrível que enfrentávamos no final da guerra. As suas realizações trouxeram as sementes das limitações deste mesmo modelo.

O crescimento económico acelerado entre 2002 e 2008, causado pela recuperação no pós-guerra e pela riqueza proveniente do petróleo, gerou

uma expectativa de convergência rápida com as economias mais avançadas. E, durante alguns anos, até 2008, convergimos a um ritmo muito rápido. No entanto, os períodos subsequentes revelaram-se mais difíceis, entre 2008 e 2014 o crescimento do PIB *per capita* abrandou significativamente e foi negativo entre 2015-2021. Temos também que reconhecer que o nosso modelo para acelerar o desenvolvimento económico gerou desequilíbrios na nossa sociedade. Apesar dos avanços significativos nas áreas da saúde e da educação ao longo das duas últimas décadas, não estamos onde pretendíamos no Índice de Capital Humano, uma medida importante que quantifica a contribuição da saúde e da educação para a produtividade de cada nação.

Reconhecemos a clara necessidade de maiores e melhores investimentos na melhoria das condições de vida da nossa população, equidade e crescimento económico. Estamos empenhados em actuar em todas as frentes, e iniciámos reformas profundas para assegurar uma trajectória sustentável no longo prazo, incluindo um programa abrangente de privatizações, nova legislação sobre investimento privado e amplas campanhas anticorrupção. Temos trabalhado nessas reformas com o apoio dos nossos parceiros multilaterais e de desenvolvimento internacional, e acreditamos que estamos no caminho certo, apesar de um contexto altamente desafiante, agravado pela pandemia da COVID-19 e pelos baixos preços do petróleo.

É neste contexto que apresentamos ao País o novo programa de desenvolvimento: a estratégia "Angola 2050", que representa uma significativa mudança de paradigma em relação à anterior estratégia "Angola 2025".

A estratégia anterior era um plano desenvolvido e administrado sob um conjunto diferente de circunstâncias históricas. Os principais objectivos

da estratégia Angola 2025 centravam-se na Consolidação da Paz, no alcance da Reconciliação Nacional e no fortalecimento de um Estado Soberano e Independente. De forma geral, podemos dizer com orgulho que estes objectivos foram alcançados – o nosso País afirmou-se enquanto actor cada vez mais importante no panorama geopolítico regional e continental. No entanto, a estratégia anterior também promoveu políticas que tiveram impactos negativos imprevistos no nosso desenvolvimento. Na verdade, promoveu o Estado enquanto o principal agente económico, dominando a maioria dos sectores da economia, deixando um papel menor para o sector privado. Inadvertidamente, o Estado desincentivou o investimento de longo prazo e de alta qualidade, colocando a tomada de decisão nas mãos de poucos, criando assim redes invisíveis de influência e maiores riscos de corrupção. O Investimento Directo Estrangeiro, que fora do sector petrolífero foi na sua maioria incipiente, passou a ser visto como uma ameaça aos investidores nacionais, em vez de um impulso para o tecido económico. Na maioria dos sectores da economia, a concorrência foi prejudicada, com preços mais elevados e bens ou serviços de menor qualidade a serem frequentemente fornecidos aos nossos cidadãos, tornando-nos demasiado dependentes do sector petrolífero, nas exportações e para o acesso a moeda estrangeira.

Embora a necessidade de mudança seja clara, precisamos de nos questionar sobre as razões que tornam necessário este plano de longo prazo. Não exige a situação actual acções de curto prazo para enfrentar a crise económica? O Angola 2050 é um plano bifocal, com uma visão clara do que pretendemos ser no futuro mas articulando de forma clara e decisiva as iniciativas de curto prazo para tomarmos a direcção certa.

Para garantir que o Angola 2050 cumpre este duplo objectivo, seguimos quatro princípios-chave.

Em primeiro lugar, o plano é realista, sendo as nossas aspirações e decisões baseadas em factos, embora reconheçamos que projectar o futuro a 30 anos não é uma tarefa fácil. Seria tentador projectar cenários ideais de crescimento económico e social que nunca seriam materializados e que inevitavelmente originariam uma rápida divergência entre a estratégia e a realidade, conduzindo a uma perda

de confiança pública. Em vez disso, prometemos agir de forma corajosa, tomando decisões difíceis num contexto de recursos limitados. Para garantir a consistência da estratégia, adoptámos uma abordagem simultaneamente do topo para a base, definindo metas globais e sectoriais, e da base para o topo, avaliando o realismo e implicações das metas traçadas. Esta abordagem assegura que a trajectória de progresso que propomos está em linha com casos comparáveis, tendo em conta o nosso ponto de partida e os recursos de que dispomos. Testámos vários cenários, para cada sector, a fim de verificar a resiliência e o impacto das decisões que tomámos.

Todos os números apresentados neste documento deverão ser interpretados como o nosso cenário base. Para cada sector, e para o País, foram também desenvolvidos um cenário conservador e um cenário optimista, permitindo-nos recalibrar a nossa abordagem se a evolução acelerar ou refrear face ao esperado.

Em segundo lugar, o plano é aspiracional e o resultado de consultas alargadas. Envolvermos centenas de instituições nacionais e internacionais, e realizámos mais de mil entrevistas com stakeholders, incluindo a sociedade civil, academia, o sector privado, instituições governamentais – no plano central e provincial – e multilaterais. Isto permitiu que fossem tomadas opções informadas em relação aos inúmeros e complexos compromissos económicos e sociais que enfrentaremos enquanto nação.






Em terceiro lugar, o plano é sustentável. Segue uma abordagem holística, integra as soluções para os diversos sectores, e reconhece a interdependência entre desenvolvimento económico, melhoria do capital humano, qualidade dos investimentos infra-estruturais e sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, assegurou-se um alinhamento estratégico transversal entre os diferentes sectores, calibrando a ambição e estratégia de cada um com as directrizes e esforços necessários a empreender pelos demais.

Por último, o plano é exequível, com iniciativas claras já em curso e para no curto prazo para que os nossos objectivos sejam alcançados.

Os nossos objectivos para a prosperidade económica e para o fortalecimento do capital humano

Quadro 12

Visão para Angola em 2050

Eixo	Métrica	Evolução	De (2022)	Para (2050)
 Demografia	População	Crescimento de 2,1x	33m	68m
 Economia	PIB	Crescimento de 2,4x	\$ 122b USD	\$ 286b USD
	PIB não petrolífero	Crescimento de 3,3x	\$ 84b USD	\$ 275b USD
	PIB per capita	Crescimento de 1,2x	\$ 3.675 USD	\$ 4.215 USD
	PIB não petrolífero per capita	Crescimento de 1,6x	\$ 2.537 USD	\$ 4.042 USD
	Desemprego	Redução de 10pp	30%	20%
	Dívida (%PIB)	Redução de 6pp	66%	60%
	Exportações não petro	Crescimento de 13x	\$ 5b USD	\$ 64b USD
	Entrada de IDE anual	Crescimento de 5,5x	\$ 6b USD	\$ 33b USD
	Receita fiscal não petrolífera (% receita fiscal)	Crescimento de 56pp	32%	88%
 Saúde	Esperança média de vida	Aumento de 6 anos	62	68
	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nados vivos)	Redução de 52pp	71%	19%
 Educação	Anos de escolaridade ajustados à aprendizagem	Aumento de 2 anos	4,8 anos	6,3 anos
	Qualidade da educação ¹	Melhoria de 1 quartil	4º quartil	3º quartil
	Taxa de alfabetização (>= 15 anos)	Aumento de 19pp	76%	95%
 Capital Humano	ICH	Melhoria de 1 quartil	4º quartil	3º quartil
	Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza ²	Melhoria de 13pp	31%	18%

¹ Índice de Educação Assume-se 5 integrantes por família

² Limiar da pobreza de 2,15 dólares/dia estabelecidos pelo Banco Mundial

Será necessário atingirmos os objectivos propostos no contexto de uma explosão demográfica. Espera-se que, até 2050, a nossa população aumente dos actuais 32 milhões para perto de 70 milhões. Pressupondo-se já a redução do nosso índice de fecundidade – um dos mais altos do mundo – de cerca de 5,4 filhos por mulher para 3,2. É necessário garantir um futuro sustentável para o nosso país, onde a população cresça a um ritmo que permita melhores condições de vida a todos os angolanos. Isto é crucial para temperar a crescente pressão sobre os recursos económicos e sociais do País – caso contrário, o nosso potencial dividendo demográfico pode tornar-se numa fonte de tensão e enfraquecimento económico. Um foco especial na educação e na forte melhoria do acesso à contracepção será fundamental. Somos ambiciosos nos nossos objectivos, tanto no plano económico quanto no social, e teremos que nos esforçar para os alcançar.

Para a nossa economia, o principal objectivo é a criação de riqueza, em termos absolutos e *per capita*, de forma sustentável e inclusiva. O cumprimento desta meta implica reconhecer a magnitude do aumento populacional previsto para as próximas três décadas.

Projectamos que até 2050 o nosso PIB total mais que duplicará, quase chegando aos 290 mil milhões de dólares em termos reais. O nosso PIB *per capita* global ficará acima de 4,2 mil dólares, posicionando-nos enquanto uma economia de rendimento médio, e o PIB per capita não petrolífero quase que duplicará, uma recompensa pelo esforço de diversificação que vamos enfrentar.

No contexto da explosão demográfica, vamos assegurar a criação significativa de postos de trabalho para reduzir a taxa de desemprego, especialmente para os nossos jovens. Neste sentido, vamos reduzir em cerca de um terço a taxa de desemprego actual.

Também nos empenharemos em fazer regressar os rácios de dívida a um nível sustentável (não superior a 60%), evitando uma sobrecarga excessiva para as gerações futuras.

Na saúde, esforçar-nos-emos para que todos os angolanos vivam mais tempo e com melhor qualidade de vida, com muito menos pessoas a morrerem de doenças evitáveis. O nosso objectivo é o de que a esperança de vida se aproxime dos 70 anos e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos reduza de 71 por mil nados vivos para 19 por mil nados vivos.

Na educação, o foco principal será o reforço da qualidade do ensino, ao mesmo tempo que acolhemos milhões de novos alunos no sistema. As taxas de alfabetismo serão superiores alcançarão aproximadamente 90% e o número médio de anos de escolaridade duplicará.

Que não haja dúvidas: iremos dar um salto no Índice de Capital Humano, reconhecendo que mudanças nestas áreas levam tempo.

Como tornar a nossa visão realidade

Estabelecemos metas ambiciosas para todos os sectores da economia e da sociedade. O investimento cumulativo total necessário para cumprir a nossa visão está projectado em cerca de 1.000 mil milhões de dólares nas próximas três décadas.

Para o financiar iremos tirar partido dos nossos recursos, garantindo uma maior participação do sector privado (aumentando o crédito privado e assegurando grandes fluxos de investimento directo estrangeiro) e estabelecer relações mais fortes com os principais parceiros bilaterais e multilaterais.

Vamos implementar medidas que aumentem e estabilizem as receitas fiscais, aumentando as contribuições justas de uma base mais ampla, reduzindo a dependência da nossa economia relativamente ao petróleo e diminuindo gradualmente a dívida à medida que a nossa economia cresce. Além disso, será necessário reforçar a nossa capacidade de atrair investimento, nomeadamente eliminando os desincentivos e melhorando o ambiente para fazer negócios.

Provámos que podemos superar estes desincentivos: examinando as lições do sector de petróleo e gás, podemos remover barreiras estruturais que dificultam o investimento em outros sectores da economia, incluindo o combate à corrupção, que prometemos manter como uma prioridade.

Devemos reconhecer que a economia angolana deixará de poder contar com o investimento público como principal fonte de financiamento para concretizar a nossa visão e, por essa razão, será necessário reter efectivamente o investimento privado no nosso país e atrair investimento estrangeiro em larga escala, indo além do sector petrolífero.

Será também necessário melhorar a produtividade e criar emprego para grande parte da população de baixo rendimento. O nosso sucesso nos próximos 30 anos depende da nossa capacidade de aumentar a produtividade económica dos angolanos que atingirão a idade adulta neste período. A crença do passado de que o aumento da produtividade de pessoas e empresas na economia formal, sobretudo no sector do petróleo e gás, se propagaria ao resto da economia não se confirmou. Não podemos continuar a ter um país a duas velocidades. É importante aumentar a produtividade e criar emprego de forma mais ampla na população de baixo rendimento, mais de 70% da qual opera na economia informal.

Para concretizarmos esta visão, implementaremos um novo modelo de desenvolvimento ancorado numa verdadeira diversificação económica.

Sabemos que até 2050 o petróleo deixará de ser a espinha dorsal da nossa economia. Isto não quer dizer que o petróleo não é estratégico para o nosso futuro, pelo contrário. O sector continuará a desempenhar um papel importante na nossa economia nos próximos 10 a 20 anos, actuando como a ponte entre o presente e o futuro. Teremos de aproveitar e maximizar as oportunidades disponíveis através de maior eficiência e maior atractividade para os investidores, apoiando a transição de Angola para uma economia mais diversificada e resiliente.

Ainda assim, para ter sucesso no processo de diversificação devemos actuar em várias frentes.

Em primeiro lugar, será necessário aproveitar ao máximo as vantagens competitivas decorrentes dos nossos recursos naturais. Algumas destas oportunidades têm sido exploradas em larga escala, nomeadamente nos sectores do petróleo e dos diamantes. Outros sectores estão activos, mas aquém do seu verdadeiro potencial, nomeadamente a agricultura e a pecuária familiar, nas quais um aumento de produtividade no curto prazo, por exemplo, via melhor selecção de culturas, melhor uso dos factores de produção ou optimização das cadeias de valor poderá elevar o nível de vida de milhões de famílias que dela dependem. No que toca a outro conjunto de oportunidades, designadamente na agricultura comercial, nas pescas e no gás, o impacto será mais tangível no final da década. Embora saibamos que existe potencial, será necessário criar as condições para que o sector privado invista nestas áreas em grande escala. Temos ainda oportunidades claras no sector da mineração, além dos diamantes, mas captá-las exigirá uma transformação mais morosa, uma vez que o tempo entre a prospecção e a mineração viável pode levar uma década ou mais. Mais uma vez, para alcançar o nosso objectivo final, será necessário tomar medidas claras no curto prazo, de forma a potenciar a prospecção em todo o país.

Em segundo lugar, precisamos de nos tornar uma nação industrializada. As nossas fontes de recursos naturais podem alimentar indústrias como a petroquímica; o nosso potencial agrícola, juntamente com o aumento da procura interna e regional, pode promover um sector de agro-processamento

próspero; e a nossa população jovem e numerosa pode viabilizar uma indústria leve e de uso intensivo de mão-de-obra, como por exemplo nos sectores do vestuário e dos têxteis. Na verdade, devemos tirar proveito da nossa crescente competitividade salarial, em comparação com outras geografias emergentes, induzida por uma forte reserva de mão-de-obra disponível e pela revalorização da moeda.

Em terceiro lugar, será necessário promover um sector de comércio dinâmico e tirar partido de um forte mercado interno. Em 2050, a nossa nação terá 70 milhões de consumidores, mais do dobro dos números actuais. Isto tem o potencial de nos tornar mais resilientes a choques externos, e representa uma oportunidade extraordinária para as nossas empresas que verão o seu mercado doméstico crescer significativamente. Uma maior integração regional, no plano da SADC e no plano continental, com a Zona de Comércio Livre Continental Africana, reforçará este potencial. Será necessário assegurar uma economia verdadeiramente aberta para termos sucesso. Resolver questões históricas nas cadeias de valor e formalizar o emprego também nos ajudará a promover um sector de comércio dinâmico.

Finalmente, para alcançar a nossa visão, priorizaremos o investimento nas pessoas. Iremos garantir uma maior concertação sectorial e vamos esforçar-nos continuamente, entre outros, no desenvolvimento do nosso capital humano, o que passará, pelo fortalecimento dos sistemas de ensino e de saúde, pela melhoria das condições de trabalho e na adequação dos níveis salariais da função pública, que também será alvo de melhorias contínuas nas normas de progressão de carreira.

Investir nas pessoas

Sabemos que o nosso novo modelo de desenvolvimento só se pode materializar se garantirmos que cada Angolano consegue aproveitar todo o seu potencial, e só colheremos os benefícios do mesmo quando isso acontecer. Consequentemente, prometemos fazer muito mais na vertente social da nossa equação de crescimento, principalmente nas áreas da saúde e da educação. Reconhecemos que alcançar melhorias duradouras na saúde e na educação leva tempo, mas estamos mais empenhados do que nunca em fazê-lo.

Na saúde, vamos observar uma redução significativa na taxa de mortalidade materna de 199 por 100.000 em 2021 para 70 por 100.000 em 2050, assim como uma redução na taxa de mortalidade infantil de 50 por mil nados vivos para 17 por mil nados vivos em 2050. Concentraremos a nossa estratégia em matéria de saúde na implementação de medidas preventivas e no alargamento do acesso a cuidados primários. Além disso, iremos enfrentar com urgência os desafios decorrentes do rápido aumento populacional. A população angolana mais do que duplicará nas próximas três décadas. A nossa estratégia para a saúde deve, por conseguinte, garantir um aumento exponencial do acesso à contraceção e a uma educação generalizada em matéria de planeamento familiar.

Faremos da educação uma prioridade absoluta da nossa estratégia, especialmente no que toca à qualidade do ensino que proporcionamos às nossas crianças. Devemos assegurar que o povo angolano está dotado dos conhecimentos e das capacidades de que necessita para tornar Angola uma nação mais produtiva. Neste sentido, reforçaremos a qualidade do ensino e alargaremos o acesso ao sistema educativo.

Mas, uma vez mais, o desafio é significativo: em 2050, deverão ser necessários mais de 680.000 professores. Para que isso seja viável, centrar-nos-emos em aumentar o número de professores e em melhorar as suas qualificações. Para assegurar um ensino de melhor qualidade, reduziremos os rácios aluno/professor, melhoraremos os nossos currículos e promoveremos o acesso à aprendizagem digital como forma de chegar a todas as crianças do país de forma eficiente.

Duplicaremos o nosso compromisso financeiro com a saúde e a educação. O sector privado desempenhará também um papel importante. Uma das prioridades da nossa agenda será a formação dos professores e dos profissionais da saúde, fornecendo-lhes as ferramentas adequadas e garantindo uma cobertura nacional.

Esta visão norteará as nossas decisões futuras.

Queremos que todos os angolanos tenham a oportunidade de dar o melhor de si e viver uma vida mais longa, saudável e gratificante.

O futuro pertence-nos. Estamos juntos.

A nossa estratégia

Para construirmos o melhor futuro possível para o nosso País, baseámos a nossa estratégia em cinco eixos. Em cada um destes eixos, apresentamos um conjunto de compromissos e metas, como reflexo da nossa ambição e representação do que vamos alcançar, e detalhamos as acções que propomos. Asseguraremos que todas as nossas estratégias futuras de médio e curto prazo para os próximos 30 anos estão alinhadas com esta visão e estes eixos, para que possamos caminhar unidos enquanto nação na busca de um futuro melhor. Garantiremos também que as estratégias ao nível de cada sector são suportadas pelas estratégias de todos os outros sectores, principalmente daqueles com papel facilitador chave.

Desenvolveremos uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano

Sabemos que nos deparamos com uma difícil missão no que respeita a melhorar a nossa classificação no Índice de Capital Humano. Embora tenhamos aumentado significativamente o número médio de anos de ensino e de esperança de vida nas últimas duas décadas, persistem ainda desafios significativos. Temos de agir sobre estes desafios para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e melhorar a nossa produtividade global.

Educação

A educação será um sector fundamental para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. Promoveremos a massificação de todos os níveis de ensino, com especial foco na educação pré-escolar de qualidade e no período de escolaridade obrigatória de 10 anos para todos.

Expandiremos a nossa capacidade de ensino secundário técnico-profissional e a rede de instituições de ensino superior. Vamos melhorar as infra-estruturas físicas das escolas e implementar medidas de inclusão para lidar com as desigualdades e melhorar o desempenho e as taxas de sucesso dos alunos. Intensificaremos também a oferta de educação para adultos e reduziremos as taxas de analfabetismo dos actuais 24% para cerca de 5%.

Outro foco principal será o reforço da qualidade do ensino que proporcionamos. Para o efeito,

melhoraremos o rácio aluno/professor, potenciando a qualificação dos professores, reforçando o seu recrutamento e proporcionando sistemas de formação contínua e melhores perspectivas de remuneração e de carreira profissional. Trabalharemos na melhoria dos currículos e na promoção do acesso à aprendizagem digital. Melhoraremos ainda a governança e o desempenho do sistema educativo, bem como a respectiva capacidade de planeamento, monitorização e avaliação.

Por último, assumiremos um compromisso forte e de longo prazo com o investimento no sector: a parcela do PIB destinada à educação duplicará, sendo alocados investimentos substanciais à contratação e formação de professores e ao alargamento da educação pré-escolar e primária para promover o empenho na aprendizagem precoce e tornar os subsistemas educativos restantes mais eficientes. Além dos recursos públicos, teremos também de contar com o apoio internacional. Até ao momento, não conseguimos atrair ajuda externa relevante para o sector, recebendo menos ajuda do que os países de elevado rendimento. A convergência com a média da SADC para a ajuda externa à educação adicionará mais de 200 milhões de dólares ao nosso orçamento anual para a educação.

Ciência e inovação

Assumiremos igualmente um compromisso de longo prazo com o sector da ciência e inovação para estabelecer uma sólida base institucional de investigação e promover a melhoria das qualificações de investigadores, do corpo docente e de outros

trabalhadores. Estabeleceremos parcerias com universidades estrangeiras para acelerar a formação de investigadores e promover a capacitação institucional. Potenciaremos agências autónomas e um quadro de financiamento estável para consolidar conceitos e práticas de gestão científica, promover a cooperação e a competição entre investigadores e empresários no seio de redes africanas e mundiais, e melhorar a qualidade das instituições de investigação e desenvolvimento e das suas respectivas actividades. Estas agências definirão os critérios para a realização de avaliações de desempenho e para a atribuição de financiamento plurianual.

A nossa estratégia incluirá a reforma do ambiente de negócios e iniciativas de digitalização para atrair investimento e talento, promover nichos inovadores e impulsionar o progresso social e económico de Angola. Maximizaremos o seu impacto através do desenvolvimento de soluções inovadoras eficientes e inclusivas, que alarguem os benefícios a sectores mais vastos da população e do território nacional.

Saúde

A nossa visão centra-se nas doenças transmissíveis, nas doenças crónicas não transmissíveis, nos cuidados maternos e neonatais, e na melhoria dos determinantes sociais de saúde, uma vez que estas áreas têm um enorme potencial para melhorar o nível da saúde em Angola.

Dados os recursos de que dispomos, a nossa primeira prioridade é investir nos elementos dos cuidados de saúde que beneficiarão toda a população. Estamos empenhados em superar as desigualdades na prevalência de doenças e no acesso a cuidados de saúde entre as áreas rurais e as áreas urbanas, entre níveis socioeconómicos e entre pessoas com diferentes níveis de educação. E estamos empenhados em enfrentar estes desafios de uma forma ponderada mas eficaz. Utilizaremos os nossos recursos para reforçar o atendimento no plano comunitário, de modo a beneficiar o maior número possível de pessoas, e centraremos os nossos esforços na prevenção de doenças para melhorar a saúde e o bem-estar da nação. Consequentemente, a nossa estratégia centra-se na prevenção de doenças infantis, tais como a diarreia e a pneumonia, e no acesso generalizado a serviços de planeamento familiar para assegurar que o crescimento populacional seja sustentável.

Vamos mais que duplicar a parcela de recursos destinados à saúde de 3% do PIB para aproximadamente 7%, reforçando o nosso empenho nesta área fundamental para o nosso país.

Cultura

A nossa visão encara o sector cultural e criativo como motor do desenvolvimento social e pessoal, do emprego e do crescimento económico. Os angolanos beneficiarão de uma multiplicidade de bens e serviços culturais fornecidos por um sector cultural nacional estruturado e sustentável, integrado com os sectores da educação, da comunicação social e do turismo. O sector estimulará uma grande diversidade de artistas, géneros e modos de expressão e catalisará a projecção externa do País e as exportações culturais. Reconhecemos o crescente impacto social e económico das indústrias culturais e criativas, estimulando um mercado interno dinâmico, apoiando a distribuição, os circuitos e as infra-estruturas culturais e potenciando a profissionalização e a ampla digitalização do sector. Abordaremos o desenvolvimento dos diferentes segmentos culturais com um compromisso de longo prazo e garantiremos a estabilidade das políticas para criar um sector florescente.

Media

Todos os angolanos terão acesso a informação e a entretenimento diversificados, de boa qualidade, de fontes diversas e independentes que representem a opinião de todos os cidadãos e dêem voz a todos. Os angolanos beneficiarão do acesso universal à internet, permitindo que se liguem através das redes sociais e que tenham um acesso mais rápido a uma base digital de informação ainda mais ampla e actualizada. Asseguraremos a sustentabilidade do sector público da comunicação social através de reformas nas empresas públicas, e melhoraremos a liberdade de imprensa recorrendo ao investimento em formação, à integração em consórcios noticiosos internacionais, e à descriminalização de crimes de imprensa.

Desporto

Dinamizaremos um sector desportivo vibrante, que seja uma fonte de afirmação internacional, de identidade e coesão nacionais e um gerador de capital social, saúde e bem-estar para toda a

população. Proporcionaremos acesso à prática de exercício físico para todos, independentemente da idade e do género, em benefício da saúde e da qualidade de vida da população e apoiaremos a criação de diversos nichos económicos relacionados com o desporto e a prática desportiva. Para além disso, promoveremos o treino de alta qualidade para atletas e equipas técnicas e facilitaremos a reabilitação e a gestão integrada de infra-estruturas em todo o sector. Fortaleceremos as federações desportivas e as parcerias com o sector privado, para maximizar os recursos disponíveis e a capacidade de organização e participação em grandes eventos desportivos, reforçando assim a imagem e o estatuto de Angola no estrangeiro. Esforçar-nos-emos também por melhorar a posição de Angola no *Ranking* Mundial de Desportos de Alto Rendimento, alcançando melhores resultados em desportos altamente competitivos e conquistando um maior número de medalhas em eventos internacionais e olímpicos.

Desenvolveremos uma infra-estrutura moderna e competitiva

O nosso objectivo é desbloquear o crescimento económico de Angola, construindo uma economia resiliente que beneficie todos os cidadãos. Para o efeito, será necessário investir em infra-estrutura, um factor dinamizador do crescimento económico inclusivo, da produtividade e do desenvolvimento social. As infra-estruturas físicas e os serviços associados nos sectores de energia, transportes e telecomunicações são fundamentais para aumentar a produtividade nos restantes sectores da economia. Reconhecemos que a promoção do investimento nesta infra-estrutura física e o seu pleno aproveitamento em todos os sectores exige um reforço da intervenção e da qualidade regulatória e um compromisso de longo prazo.

Energia

O sector da energia é fundamental para aumentar a participação económica e a produtividade. O nosso objectivo é garantir que o fornecimento de energia corresponde ao aumento da procura resultante do crescimento económico e demográfico esperado para Angola nos próximos 30 anos. Asseguraremos igualmente um sector de energia economicamente viável, capaz de captar investimento privado

nacional e internacional. A nossa estratégia visa igualmente reduzir as perdas e assegurar que o sistema *on-grid* existente seja financeiramente estável durante a sua expansão. Criaremos ainda uma solução *off-grid*, especialmente para as populações rurais. Nas próximas décadas, expandiremos a utilização da energia hidroeléctrica e investiremos no desenvolvimento da energia solar. As energias renováveis, nomeadamente a solar, tornar-se-ão mais relevantes no futuro, impulsionadas pelo menor custo por unidade destas fontes renováveis e pelo potencial energético do país. Além disso, uma maior utilização de recursos renováveis permitir-nos-á exportar outros recursos, nomeadamente o gás natural.

Telecomunicações

Cada dólar que o sector adiciona à economia directamente traduz-se em aproximadamente dois dólares de impacto adicional noutros sectores. Assim, procuraremos aumentar a conectividade e a inclusão digital, e melhorar o acesso à tecnologia móvel e da internet, sobretudo nas áreas rurais, o que acelerará o crescimento económico, permitirá que as empresas prosperem, e transformará a vida e os meios de subsistência do povo angolano. Para alcançar todos estes objectivos, será fundamental promover a competição no sector das telecomunicações, fomentando a participação de operadores internacionais capazes de aportar tecnologia e *know-how*.

Transportes

Um sistema de transportes eficiente e integrado é essencial para a competitividade dos diferentes sectores de actividade.

Na aviação, temos três prioridades fundamentais para o sector: fortalecer a gestão regulatória, tornar Luanda num hub regional, e maximizar o valor da restante infra-estrutura aeroportuária. Para concretizar a nossa visão, será fundamental maximizar a utilização da infra-estrutura existente, mediante uma maior participação de parceiros privados, desenvolver a companhia aerea de bandeira e promover competitividade sustentável e crescente liberalização do sector.

No subsector ferroviário, a prioridade será maximizar o potencial da infra-estrutura existente,

aproveitando, por exemplo o corredor do Lobito para exportar os produtos da Copperbelt. Vamos reestruturar o sector ferroviário público, revendo e reforçando a regulamentação, criando a nova Empresa Nacional de Infra-estrutura Ferroviária (ENIF), reestruturando os operadores ferroviários públicos, separando gradualmente a infra-estrutura e as operações, e abrindo as operações à participação de privados.

No subsector portuário, além de reforçar a regulamentação portuária e marítima, vamos expandir a concessão de terminais a particulares, promovendo o modelo "senhorio" de gestão portuária. Vamos também maximizar a utilização da infra-estrutura actual, e rever criteriosamente os investimentos futuros, procurando atrair investimento privado para novos projectos; reforçar a coordenação regional e sectorial com o ecossistema portuário; e aumentar as parcerias com entidades privadas e sectores produtivos.

Por último, no subsector rodoviário, vamos reabilitar e assegurar a manutenção adequada, eficiente e económica da rede rodoviária de modo a facilitar a circulação em todo o país e a apoiar a intermodalidade do sector dos transportes. Estimularemos também o transporte colectivo e reforçaremos a competitividade do sector. Isto inclui formalizar e regulamentar alternativas existentes e emergentes para o transporte colectivo, tais como os táxis e mototáxis ("candongueiros" e "kupapatas"); reestruturar as empresas públicas do sector; e elaborar o plano rodoviário de Luanda, bem como um plano para as restantes cidades afectadas por restrições dos transportes públicos.

Habitação

O nosso objectivo é reduzir o deficit habitacional no contexto de uma população em crescimento. Para concretizar a nossa visão, forneceremos habitação adequada a preços acessíveis, com maior acesso a serviços básicos – incluindo água, saneamento e electricidade – em áreas urbanas e rurais. Aumentaremos a produção de habitação a preços acessíveis, ajustando os custos de construção à capacidade local, e melhoraremos o acesso ao financiamento da habitação. Formalizaremos também o mercado habitacional, conduzindo a um aumento do número de títulos de propriedade habitacional e à redução de construções informais em assentamentos informais.

Teremos uma economia diversificada e próspera

Para assegurar a criação de riqueza, especialmente no contexto de um aumento muito significativo da população, iremos garantir uma mudança radical na nossa produtividade em todos os sectores e aumentar a nossa resiliência para além do petróleo, garantindo também a independência e soberania alimentar do País.

Mais do que nunca, estamos empenhados em garantir que cada sector económico faz jus ao seu verdadeiro potencial, e estamos ansiosos por trabalhar com todas as partes interessadas, com foco especial no sector privado, para cumprir essa meta.

Mineração

Estudos recentes de geomapeamento extensivo mostram que Angola tem um vasto potencial inexplorado em minerais tais como rochas ornamentais, ouro, ferro, cobre, minerais raros alcalinos-carbonatíticos, e fosfatos. Captar este potencial exigirá uma transformação extraordinária, essencialmente criando, de raiz, um subsector não diamantífero. Neste sentido, será necessário aumentar em cerca de quinze vezes o investimento em prospecção não diamantífera. Para cumprir as nossas metas de longo prazo, será necessário alcançar resultados concretos no curto prazo e impulsionar um novo nível de prospecção, com atracção de dezenas de SMEs mineiras (*junior miners*) para o país que estejam dispostos a apostar nas fases iniciais dos projectos.

No subsector dos diamantes, promoveremos a transparência, assegurando que o investimento em prospecção continue pelo menos nos níveis actuais, e que a carteira de projectos no país se mantenha robusta. Com efeito, vamos incentivar a prospecção em áreas de Angola ainda não exploradas extensivamente, mas nas quais existe um elevado potencial geológico teórico. Além disso, implementaremos um programa de excelência operacional em minas activas, visando elevar as nossas minas a um padrão de nível mundial, garantindo o cumprimento rigoroso das regras do Processo de Kimberley.

Agricultura

A nossa estratégia é dupla: iremos aumentar a produtividade do sector e, conseqüentemente, a situação económica das 3,1 milhões de famílias que dependem desta actividade; e iremos melhorar a disponibilidade, a acessibilidade e a qualidade dos alimentos no país, melhorando assim a saúde e resiliência da nação garantindo a sua soberania e independência alimentar. Conseguiremos alcançar estes objectivos aumentando a área cultivada, a respectiva produtividade e conseqüentemente a produção agrícola. Actualmente, Angola utiliza pouco mais de 10% do total dos solos com potencial agrícola. Mobilizaremos recursos para mais do que duplicar a área cultivada nos próximos 30 anos, convergindo para uma utilização média da área agrícola total em linha com a SADC e os países da África Subsariana. Além disso, há espaço para melhorar o nível de produtividade por hectare plantado. Actualmente, Angola tem um rendimento inferior na maioria das culturas (são excepções culturas como a mandioca e a banana), comparativamente aos pares regionais e a países com climas comparáveis. Para inverter este cenário, investiremos na melhoria do acesso aos principais factores de produção agrícola e respectiva utilização: solo, pela correcção da acidez do solo; água, pela irrigação; fertilizantes; e pesticidas. As culturas com maior área de cultivo dividem-se em dois grupos. O primeiro grupo proporcionará segurança alimentar, aumentando a produção de alimentos básicos tradicionais para o consumo doméstico, tais como mandioca, massambala e massango. O segundo grupo, inclui as culturas tais como arroz, que têm um alto valor de importação, e diminuirão a nossa dependência das importações, além de oferecerem oportunidades de exportação.

Pescas

Desenvolveremos um sector sustentável, assentado no conhecimento e na inovação em todas as actividades e usos do mar, directa ou indirectamente relacionadas com os oceanos e as zonas costeiras, que promova o crescimento em direcção a uma "Economia Azul" sustentada e forte. Criaremos também uma indústria de aquicultura que capitalize os nossos recursos naturais dado o enorme potencial do nosso País para desenvolver este sector, que representa oportunidades atractivas para os investidores. Uma vez que os stocks

tradicionais de captura estão sobre-explorados, não podendo responder ao aumento populacional, não aumentaremos a pesca de captura marinha. Assim, a nossa estratégia assentará em três dimensões: atrair investimento para desenvolver a aquicultura continental e também marinha e o processamento do pescado; assegurar a regulação e fiscalização do sector; e coordenar o desenvolvimento de infra-estruturas. Quase 99% da nossa água de superfície disponível para a aquicultura continental não é utilizada actualmente. Na verdade, Angola ocupa o segundo lugar, entre todos os países da SADC, com maior superfície de água doce disponível. Outras vantagens competitivas para desenvolver a aquicultura continental incluem reduzidos níveis de poluição, uma amplitude térmica favorável, e a boa topografia dos solos constituída por planaltos, ideais para a construção das quintas de aquicultura. Além disso, as previsões apontam para uma lacuna entre a oferta e a procura nos países vizinhos, indicando que temos a oportunidade de aumentar a produção em 25% para responder à procura de pescado nesses países, e em 50% para responder à procura na região da SADC.

Indústria

Preveremos um sector que será significativamente diferente em 2050, com níveis mais elevados de automatização, e que empregará mais de um milhão de pessoas, quatro vezes a força de trabalho de fabrico do país hoje. Angola terá empresas industriais capazes de competir regionalmente. Teremos fluxos de comércio mais integrados, alimentados pela crescente procura regional. Será necessário concentrar esforços no desenvolvimento de indústrias que tenham um maior potencial de crescimento com valor acrescentado, invertendo o nosso actual perfil de produção. As três áreas seguintes apresentam vantagens competitivas que alavancaremos para cumprir as nossas metas: em primeiro lugar, dispomos de recursos naturais significativos que podem alimentar indústrias tais como a petroquímica; em segundo lugar, temos um potencial agrícola significativo, com uma crescente procura interna, que pode alimentar o sector de agro-processamento; e, em terceiro lugar, temos uma população jovem e numerosa que pode alimentar uma indústria leve e de uso intensivo de mão-de-obra, nomeadamente nos sectores do vestuário e dos têxteis. Para alavancar totalmente o nosso potencial nestas áreas, será necessário

atrair investimento privado em larga escala. Fá-lo-emos resolvendo problemas sistémico se abordando os principais desincentivos na indústria, incluindo em serviços e infra-estruturas essenciais. Vamos reforçar a dinamização de infra-estruturas industriais específicas, nomeadamente a Zona Económica Especial Luanda-Bengo, e resolver questões específicas dos diferentes subsectores implementando medidas concretas de dinamização do nosso sector industrial.

Comércio

A nossa visão está ancorada numa nação menos dependente das importações e capaz de dar resposta às crescentes necessidades de consumo pela produção interna. Nesse sentido, apoiaremos o crescimento e a eficiência dos nossos sectores produtivos, optimizando as cadeias de valor nacionais, criando agregadores no sector agrícola, e expandindo as plataformas logísticas. Faremos uma integração plena com os nossos vizinhos, tirando partido da crescente procura regional e desempenhando um papel mais activo nos acordos comerciais regionais, nomeadamente a SADC e a Zona de Comércio Livre Continental Africana. Vamos implementar reformas nos nossos processos aduaneiros para aumentar a eficiência nas actividades de exportação e importação. Esperamos também que a integração regional impulse o crescimento do comércio electrónico no nosso país. Por último, vamos também formalizar o sector para apoiar o crescimento sustentável, criando concessões para mercados em todo o país, e promovendo o crescimento de plataformas dinamizadoras, tais como *mobile money* e sistemas de transparência de preços.

Turismo

Inicialmente, concentrar-nos-emos no desenvolvimento de infra-estrutura enquanto factor-chave para o crescimento, e atracção de turistas em grande escala no médio-longo prazo. Para aplicar os nossos recursos de forma criteriosa, vamos priorizar dois sectores com maior potencial de crescimento: o turismo sustentável de natureza (e o turismo de sol e mar associado) e de aventura. Posicionaremos ainda o país na categoria de longa estadia e gasto médio-alto. A nossa estratégia inclui uma abordagem de curto prazo e uma abordagem de médio-longo prazo. No curto prazo, dedicaremos os

nossos recursos a zonas turísticas de elevado valor e criaremos condições de excelência nessas zonas para atrair turistas e dar resposta às necessidades dos mesmos. No médio-longo prazo, abordaremos as barreiras estruturais no sector do turismo angolano para desenvolver um ambiente favorável ao turismo em todo o país.

Petróleo e gás

Iremos continuar a aproveitar e maximizar as oportunidades disponíveis no sector, aumentando a eficiência e a atractividade para os investidores. O sector petrolífero tem sido uma história de sucesso de que Angola se orgulha. Ainda assim, a prevista redução da procura global levará cada vez mais os operadores a deslocarem a produção para áreas do mundo com um menor custo por barril. É necessário manter a competitividade neste espaço, e estamos empenhados em introduzir um leque alargado de medidas para o garantir, por exemplo, redefinindo os acordos contratuais, incluindo a revisão do actual modelo de Contrato de Partilha de Produção; eliminando barreiras contratuais e promovendo iniciativas de coordenação e eficiência em conjunto com operadores do sector privado.

Além disso, aproveitaremos novas oportunidades, principalmente no que toca ao gás. A conclusão de um plano-director para o gás é fundamental para a gestão dos recursos existentes de forma integrada. Vamos implementar este plano com os objectivos de optimizar o desenvolvimento das reservas de gás para dar resposta à procura actual; optimizar o desenvolvimento da infra-estrutura de gás, nomeadamente infra-estrutura para GNL, gasodutos, armazenamento e transporte; e desenvolver o quadro jurídico para apoiar o desenvolvimento do sector no longo prazo.

Atrairamos também investimento para outros sectores a jusante, nomeadamente refinação, que oferecem oportunidades de crescimento e desenvolvimento económico.

Ambiente de negócios

Angola será uma nação totalmente aberta à realização de negócios. Para concretizar esta visão, estamos empenhados em melhorar o ambiente empresarial, factor decisivo para atrair investimento

e impulsionar o crescimento económico em todos os sectores da economia.

Promoveremos um ecossistema resiliente e sustentável

Será necessário um compromisso de longo prazo para proteger o meio ambiente e os recursos naturais para benefício das gerações actuais e futuras.

Recursos hídricos

Os nossos recursos hídricos serão geridos para dar resposta às necessidades da economia e de uma população em crescimento. Será necessário aumentar mais de 10 vezes o abastecimento de água para dar resposta a estas necessidades. Face ao crescimento populacional, aumentar o acesso à água potável e melhorar o saneamento – tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais – será também uma prioridade fundamental. Vamos implementar um modelo integrado de gestão dos recursos hídricos para fazer face a estes desafios e reabilitar e construir a infra-estrutura de abastecimento de água e de saneamento.

Ambiente

Em 2050, estaremos bem encaminhados para a descarbonização total, em linha com a meta global de alcançar a neutralidade de carbono na segunda metade do século, conforme exigido pelo Acordo de Paris. À medida que as nossas cidades se expandirem nos próximos 30 anos, adoptaremos medidas para controlar os resíduos, melhorar a qualidade do ar – reduzindo a concentração de partículas – e aumentar a contribuição das fontes renováveis na geração de electricidade. Aumentaremos ainda o tamanho das áreas protegidas do país para conservar a biodiversidade, e faremos o inventário do nosso património ambiental para fornecer serviços associados aos ecossistemas.

Silvicultura

Apesar de possuímos cumulativamente uma das maiores áreas florestais do continente africano, o seu contributo para a economia tem sido reduzido. A nossa estratégia florestal baseia-se na necessidade

de proteger este recurso natural, garantindo ao mesmo tempo o seu valor económico. As nossas florestas naturais são uma fonte de rendimento para a população rural, e asseguraremos que aqueles que dela vivem o possam fazer de forma sustentável e produtiva.

Garantiremos uma nação justa e com igualdade de oportunidades

Para fazer face aos desafios de reduzir a pobreza e a desigualdade, asseguraremos que cada indivíduo tenha oportunidades iguais de sucesso, independentemente do ponto de partida do mesmo.

Protecção social

Reforçaremos a protecção social em três níveis, de protecção social, de forma a garantir um maior nível de inclusão e envolvimento de todas as comunidades nacionais, incluindo as minoritárias e as vulneráveis: a de base, a obrigatória e a complementar. Em primeiro lugar, aumentaremos as verbas destinadas à protecção social de base, convergindo com a média dos países da África Central. Em segundo lugar, garantiremos que a protecção social obrigatória permaneça sustentável à medida que a demografia evolua e as taxas de dependência aumentem. Fazeremos promovendo a formalização laboral, alargando assim a base de segurados e revendo os benefícios e a cobertura que proporcionamos. Por último, estimularemos a protecção social complementar, a fim de aumentar o domínio dos cidadãos sobre o próprio futuro, apoiando e incentivando a criação de fundos de pensões privados e regulamentando o mercado de fundos privados para garantir que as respectivas operações sejam fiáveis para os aforradores.

Igualdade de género

A nossa visão é a de uma sociedade em que ser mulher seja sinónimo de bem-estar, segurança, autonomia, liberdade e capacitação, uma sociedade em que as mulheres tenham o controlo do próprio futuro. Para acelerar as mudanças necessárias para a concretização da nossa visão, daremos prioridade a três dimensões principais: a escolaridade para meninas e mulheres, o acesso ao planeamento

familiar, e um quadro jurídico que salvaguarde a segurança e a protecção de meninas e mulheres.

Vamos criar as condições necessárias para eliminar o absentismo feminino e ajudar as meninas a completar a escolaridade. Na área da saúde, garantiremos que as raparigas e mulheres tenham acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a educação moderna em planeamento familiar e métodos para ajudar a combater as altas taxas de fertilidade, a gravidez na adolescência, a gravidez não planeada e as complicações neonatais. No que toca à segurança, combateremos resolutamente a violência de género e todas as formas de violência perpetradas contra as meninas e as mulheres.

Adoptaremos medidas que contribuam para o nosso objectivo de igualdade de género em todas as áreas da sociedade, incluindo a participação das mulheres Angolanas na política, o acesso a oportunidades económicas e a eliminação de estereótipos de género.

Juventude

Até 2050, os jovens tornar-se-ão o segmento dominante da população Angolana. Reconhecemos os jovens enquanto força motriz do futuro de Angola e criaremos as condições para realizar todo o seu potencial, tornando-os actores-chave no desenvolvimento do país. Garantiremos que a política nacional de juventude seja reconhecida como ferramenta estratégica pelo governo central e pelas autoridades locais para apoiar políticas transversais de juventude em todas as áreas de governação: social, política e económica. Vamos desenvolver um ecossistema forte de organizações da juventude e envolver os jovens líderes na implementação desta estratégia. Daremos especial atenção ao reforço da saúde sexual e reprodutiva, ao combate à propagação do VIH/SIDA e à redução dos comportamentos de dependência, alargando simultaneamente o acesso à educação e à formação e proporcionando competências digitais e técnicas para maximizar a integração económica e as oportunidades de emprego e reduzir o número de

jovens Nem-Nem (fora do sistema de ensino, de emprego e de formação).

Reforma do Estado

Para continuar a reforçar a qualidade da nossa democracia, vamos prosseguir com o reforço da separação dos poderes do Estado, salvaguardando o equilíbrio entre os órgãos do mesmo. Vamos também ajustar a intervenção do Estado na economia, reduzindo significativamente o exercício da actividade empresarial por parte do Estado e concentrando a sua acção na garantia de serviços sociais básicos e infra-estruturas, enquanto reforçamos a nossa capacidade de regulação e a qualidade da gestão das restantes empresas estatais. Continuaremos a racionalizar as entidades e os organismos do sector público, abordando possíveis inconsistências e sobreposições nas respectivas missões, limitando a proliferação de institutos e de estruturas administrativas. Asseguraremos a descentralização política e administrativa, institucionalizando as Autarquias Locais, criando condições para o funcionamento dos seus órgãos, e permitindo, sempre que possível, a interdependência de funções com o poder tradicional. Vamos fortalecer e modernizar os serviços públicos, maximizando a sua capacidade operacional, qualidade e transparência, desenvolvendo o nosso capital humano público com recurso a um forte sistema contínuo de formação, avaliação e gestão de recursos humanos, bem como reestruturando as carreiras públicas. Integramos também os serviços físicos e *online* em plataformas digitais interoperáveis, melhorando significativamente a eficiência e o desempenho no governo electrónico, criando ainda a infra-estrutura para garantir a operação contínua e uma maior acessibilidade.

Por último, vamos melhorar os resultados de Angola nos principais rankings e indicadores sobre o Estado de direito, os direitos fundamentais, a participação dos cidadãos, a governança do Estado, a eficiência e a responsabilização da administração pública, e o controlo da corrupção.

Justiça

Fortaleceremos a autonomia e a independência do Ministério Público e do Poder Judicial, revendo os processos de nomeação e de controlo e reforçando carreiras e remunerações. Vamos também aprovar e implementar legislação que modernize o sistema judicial, apoie a dissuasão do crime, permita a cooperação internacional no combate à corrupção, incentive a adesão formal de Angola às directrizes e instrumentos internacionais de combate à evasão fiscal, e promova a introdução de mecanismos eficazes para garantir a legalidade e a transparência dos procedimentos públicos. Adicionalmente, aumentaremos a oferta de magistrados, procuradores e advogados. Investiremos ainda progressivamente na formação de agentes de justiça especializados, e utilizaremos novas tecnologias, incluindo justiça cibernética e inteligência artificial, para aumentar a produtividade e a agilidade nos processos, com uma evolução previsível para a transformação digital do sector. Por último, vamos melhorar o acesso à justiça para todos, itendo em conta o aumento esperado da procura decorrente das medidas destinadas a garantir o acesso universal à justiça e do aumento da população. Investiremos mais nos tribunais e nos meios alternativos de resolução dos litígios, assegurando a celeridade e a prioridade dos procedimentos judiciais. A formação especializada reforçada, a assistência jurídica prestada aos mais desfavorecidos, e a introdução de novas tecnologias serão fundamentais.

Em cada uma destas cinco áreas, destacámos um conjunto de compromissos e metas.

Reconhecemos que estas aspirações devem ser cumpridas para todos os angolanos. O nosso modelo de desenvolvimento territorial constitui uma dimensão estruturante para a materialização das oportunidades de desenvolvimento até 2050, pela utilização criteriosa dos nossos recursos humanos e materiais, e também pela estruturação de áreas urbanas e rurais e de infra-estruturas, de modo a acomodar a nossa população em rápido crescimento e fomentar os investimentos.

Em 2050, teremos um território mais equilibrado devido a uma menor concentração territorial da nossa economia, resultado da redução das assimetrias entre as províncias e da redução da pobreza multidimensional em todo o país. Esta desconcentração, com uma diminuição do peso de Luanda e das províncias do norte e ganhos em outras, basear-se-á no desenvolvimento de infra-estruturas adequadas e serviços básicos, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. A nossa visão assenta na criação de condições para promover o desenvolvimento do capital humano em todo o território, melhorando o acesso aos serviços de educação e saúde e a qualidade dos mesmos, em todas as províncias, promovendo também a igualdade de acesso à informação e de oportunidades de emprego.

Uma vez mais, o futuro pertence-nos.
Estamos juntos.

